

Ata da 5ª Sessão Ordinária do 1º período Legislativo da 2ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura da Câmara Municipal de Caçu.

Aos treze (13) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis (2026), na Cidade de Caçu, Estado de Goiás, no Plenário Vereador Laerte Nunes Moreira, realizou-se a quinta (5ª) Sessão Ordinária da segunda (2ª) Sessão Legislativa, da décima oitava (18ª) Legislatura da Câmara Municipal de Caçu. Às 09h31min, a Presidente Vereadora Jeandra Alves Guimarães do Carmo declarou aberta a Sessão na presença dos Vereadores: Alessandro Bessa, Alexandre Eterno Freitas Santos, André Luiz Oliveira Camargos, Cassiano Lemos de Souza, Donisete Paiva Rezende Junior – Junior Rezende, Hortência Freitas dos Santos, Rodolfo Ancelmo da Silva Neto e Virgínia Bernardes de Freitas Silva. Aberta a Sessão, foi lida e aprovada por todos a ata da Sessão anterior. Na Ordem do Dia foi para discussão o Projeto de Lei Ordinária nº 01/2026 – que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar incentivo financeiro adicional – IFA, aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo. Os Vereadores Hortência Freitas, Virginia Bernardes, Alexandre Freitas, Júnior Rezende, André Camargos, Cassiano Lemos, Alessandro Bessa e Jeandra Guimarães manifestaram reconhecer o compromisso do Executivo ao encaminhar a matéria ao Legislativo. Os parlamentares enfatizaram, ainda, que a proposição é um passo decisivo para a valorização da categoria, pois atende às reivindicações históricas e assegura a dignidade e a legitimação que esses profissionais merecem pelo trabalho que executam. Submetido o Projeto de Lei em segunda votação, foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi para discussão o Projeto de Lei Ordinária nº 05/2026 – que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar contribuição financeira à Associação dos Agricultores Familiares do Projeto São Jerônimo e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo. Submetido o Projeto de Lei em segunda votação, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, foi para discussão o Projeto de Lei Ordinária nº 07/2026 – que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a fazer Concessão de Direito Real de Uso de Área às pessoas físicas e jurídicas especificadas nesta Lei, que buscam fixar sede definitiva neste Município, e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo. Submetido o Projeto de Lei em segunda votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência foi para discussão o Projeto de Lei Ordinária nº 90/2025 – que “Dispõe sobre a disponibilização de técnica(o) de enfermagem para acompanhamento dos pacientes deste Município que realizam tratamento de hemodiálise na Cidade de Rio Verde - Goiás, e dá outras providências”, de autoria dos Vereadores Virginia Bernardes, Alessandro Bessa, Cassiano Lemos e Hortência Freitas. Os autores defenderam a proposta enfatizando a urgência de garantir o acompanhamento de um técnico de enfermagem aos pacientes em tratamento de hemodiálise em Rio

Verde-GO. Argumentou-se que a ausência de suporte técnico qualificado durante o trajeto gera riscos, uma vez que o motorista não possui atribuições para prestar assistência emergencial. Submetido o Projeto de Lei em primeira votação, foi aprovado por unanimidade. Também foram discutidas as Indicações nº 22/2026 – que “Indica ao Poder Executivo, que seja realizado plantio de árvores nas áreas públicas da cidade”; 23/2026 – que “Indica ao Poder Executivo, a elaboração do Plano Diretor Municipal, visando o desenvolvimento urbano ordenado e a participação popular, conforme exige o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001); 24/2026 – que “Indica ao Poder Executivo a criação do Conselho Municipal da Juventude”; e 25/2026 – que “Indica ao Poder Executivo, a implantação de Ecoponto Municipal destinado ao recebimento de resíduos recicláveis provenientes da zona urbana e rural do município”, todas de autoria do Ver. Cassiano Lemos. O autor usou a tribuna para defender as proposições, detalhando a necessidade estratégica de cada pleito, em que posicionou a importância da defesa do meio ambiente e da participação da juventude na vida pública. Durante o debate, outros parlamentares manifestaram apoio às matérias, ressaltando a importância das iniciativas para o desenvolvimento sustentável e social do município. Ao final, os Vereadores inscritos usaram da palavra para fazerem suas Considerações Finais. Nada mais havendo, a Presidente declarou encerrada a Sessão às 10h16min. Eu, Alexandre Eterno Freitas Santos, 1º Secretário, fiz lavrar a presente Ata, que depois de lida e discutida, vai devidamente assinada.

Ver. JEANDRA ALVES GUIMARÃES DO CARMO
Presidente

Ver. ALEXANDRE ETERNO FREITAS SANTOS
1º Secretário

